

RECURSO ESPECIAL Nº 1.435.352 - RJ (2014/0029363-3)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : GAFISA SPE - 8 S/A
RECORRENTE : PLARCON ENGENHARIA S/A
RECORRENTE : CONDOMÍNIO DE URBANIZAÇÃO DO LOTEAMENTO QUINTAS DO RIO
ADVOGADOS : SÉRGIO MACHADO TERRA - RJ080468
PAULO CÉZAR PINHEIRO CARNEIRO E OUTRO(S) - RJ020200
ASSIST.LIT : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : RODRIGO TOSTES DE ALENCAR MASCARENHAS E OUTRO(S) - RJ088194
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RECORRIDO : OS MESMOS
INTERES. : DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado pelo **Ministério Público Federal**, com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado (fls. 417/418):

MEDIDA CAUTELAR. DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL – DNPM. CÓDIGO DE MINERAÇÃO. AUTO DE PARALISAÇÃO. PODER DE POLÍCIA. EXISTÊNCIA DE DANO. IRRELEVANTE.

1. Trata-se de apelação cível interposta pela GAFISA SPE-8 S/A E OUTROS face sentença proferida nos autos da cautelar inominada ajuizada contra o DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL – DNPM, em que requer sejam suspensos “os efeitos do auto de paralisação, até o julgamento final de ação principal a ser proposta, que visará à anulação do referido auto, com a possibilidade definitiva de realização do desassoreamento e atividade correlatas previstas no Termo de Cooperação Técnica”.

2. Como causa de pedir, alega a parte autora a ilegalidade da decisão da ré que, contrariando parecer jurídico, determinou a paralisação de obra de desassoreamento da Lagoa de Jacarepaguá por incompetência da autoridade administrativa, na medida em que não aplicável as disposições do Código de Mineração (art. 3º, § 1º), porque não configurado extrativismo; nulidade do auto de infração por não indicação da norma

administrativa violada, sendo que no auto só constam dispositivos criminais; impossibilidade de que o simples requerimento de pesquisa por particular se sobreponha ao interesse público.

3. Improsperável a irresignação. Destarte, a uma, a meu juízo, incorporando-se, como razão de decidir, a fundamentação da decisão de piso, inexistente a nulidade acenada, na medida em que o exercício do poder de polícia, se mostra legítimo, e conseqüente com a legislação correlata, a teor do assinalado pelo Juízo de piso “Também não há que se falar em nulidade do auto de paralisação, uma vez que, a teor do disposto no art. 3º, VI, da Lei nº 8.876/94, consta, dentre as atribuições da autarquia, “fiscalizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento e a comercialização dos bens minerais, podendo realizar vistorias, autuar infratores e impor sanções cabíveis, na conformidade do disposto na legislação minerária”, mostrando-se, neste contexto, irrelevante a existência, ou não, de dano à mingua da respectiva regularidade da extração; a duas, que a regra do Código de Mineração foi observada, no deslinde da causa, sendo no entanto, desfavorável ao recorrente, pois “Ora, como o aproveitamento em questão não estava sendo utilizado na própria obra, mas sim em outra obra de caráter particular, é aplicável o Código de Mineração, ensejando a competência do CNPM para a fiscalização, por envolver movimentação de substância mineral”, o que afasta a incidência como alvitado; e, por derradeiro, a questão envolvendo o interesse público primário, foi sopesada, “Finalmente, merece destacar que o argumento autoral no sentido de que o requerimento de um particular não pode sobrepor-se ao interesse público, constante em sua petição inicial, não tem como prosperar, tendo em vista que o DNPM, como órgão fiscalizador, ao receber qualquer tipo de denúncia ou comunicação, tem o poder-dever de proceder a devida apuração e fiscalização”, o que conduz, como corolário, à manutenção do decisum, prejudicada a manifestação ministerial, por extrapolar os limites objetivos da demanda.

4. Recurso desprovido.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados ante a inexistência dos vícios elencados no art. 535 do CPC (fls. 456/464).

A parte recorrente aponta violação aos arts. 83, I e II, e 535, II, do CPC/73; e 18, II, *h*, da Lei Complementar 75/93. Para tanto, sustenta que: (I) o aresto integrativo

deve ser anulado, pois não sanou omissão indicada em embargos de declaração; e (II) houve cerceamento de defesa, pois o pedido de diligências não foi apreciado e o *Parquet* não pôde proferir parecer na segunda instância.

O Ministério Público Federal, na condição de fiscal da lei, opinou pelo provimento do recurso especial (fls. 579/584).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 – relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 – devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

Feita essa observação, verifica-se que o apelo nobre não merece prosperar.

Com efeito, não há falar em ofensa ao art. 535 do CPC/73 na espécie, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Ademais, com relação ao alegado cerceamento de defesa, constata-se que o Tribunal *a quo* afastou tal assertiva, por considerar que ela extrapolava os limites objetivos da demanda (fl. 415).

Nesse contexto, é certo que a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

ANTE O EXPOSTO, conheço em parte do recurso especial e, na parte conhecida, nego-lhe provimento.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator